

**A 3ª CÂMARA CÍVEL**

Agravo Regimental na Apelação Cível nº 0001392-77.2013.8.17.0710 (0330116-8)

Agravante: SANTANDER FINANCIAMENTOS

Agravado: GUILHERME JUNIVO DA SILVA

Relator: Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes

**ACÓRDÃO**

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NA APELAÇÃO. TARIFAS BANCÁRIAS. EFEITO SUBSTITUTIVO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO OBJETIVO. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO.

1 – O recorrente, ao invés de atacar os fundamentos declinados na decisão monocrática, preferiu impugnar as razões de decidir expostas na sentença emanada pelo juízo de primeira instância.

2 – Ao ser prolatada a decisão do juízo *ad quem*, esta substitui a decisão de primeira instância, de forma que eventual recurso a ser interposto pelos litigantes deve impugnar as razões de decidir desta segunda decisão e não da decisão primeva.

3 – Ao questionar as razões de decidir da sentença, e não da decisão monocrática, o recorrente não se desincumbiu do ônus a ele imposto pelo princípio da dialeticidade, qual seja, a obrigação de expor, em seus fundamentos recursais, a indicação precisa de qual a injustiça ou ilegalidade da decisão impugnada.

4 – Recurso não admitido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos a Agravo Legal na Apelação nº 0330116-8, em que figuram como Agravante SANTANDER FINANCIAMENTOS, e como Agravado GUILHERME JUNIVO DA SILVA, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, à unanimidade de votos, em JULGAR INADMISSÍVEL ao Agravo Regimental aforado, nos termos do voto do Relator.

Recife, 28-12-2014

  
Des. Bartolomeu Bueno  
Relator



**A 3ª CÂMARA CÍVEL**

Agravo Regimental na Apelação Cível nº 0001392-77.2013.8.17.0710 (0330116-8)

Agravante: SANTANDER FINANCIAMENTOS

Agravado: GUILHERME JUNIVO DA SILVA

Relator: Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes

**RELATÓRIO**

O agravante almeja a reforma de decisão monocrática oriunda desta relatoria (fls. 83/86) que negou seguimento à apelação manejada contra a sentença (fls. 56/59) exarada pelo Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Igarassu, que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na petição inicial, de sorte a condenar a parte ré à devolução, em dobro, dos valores cobrados indevidamente a título de Tarifa de Abertura de Crédito, Inserção de gravame, Registro de Contrato e Serviço Correspondente Prestado à Financeira.

Em seu agravo regimental (fls. 89/97), a recorrete limita-se, em síntese, a apontar supostos defeitos da sentença prolatada pelo juízo de primeira instância, aduzindo que as taxas impugnadas pelo autor seriam legais, de modo que sua cobrança não poderia ser declarada ilegal.

Em desfecho, o agravante requereu a reforma da sentença atacada.

Independendo o feito de pauta, apresento em mesa para julgamento.

É o relatório.

Ruife, 29-11-2014

B. Freitas

**A 3ª CÂMARA CÍVEL**

Agravo Regimental na Apelação Cível nº 0001392-77.2013.8.17.0710 (0330116-8)

Agravante: SANTANDER FINANCIAMENTOS

Agravado: GUILHERME JUNIVO DA SILVA

Relator: Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes

**VOTO**

Inicialmente, destaco que, em reverência ao princípio da fungibilidade das formas<sup>1</sup>, conheço do recurso de agravo regimental em apreço como agravo legal (art. 557, §1º do CPC), já que a peça recursal em análise desnuda irresignação desferida contra decisão terminativa e não decisão interlocutória.

Com relação ao mérito, convém salientar que o recorrente, ao invés de atacar os fundamentos declinados na decisão monocrática de fls. 83/86, preferiu impugnar as razões de decidir expostas na sentença emanada pelo juízo de primeira instância.

Nesse ponto, cumpre rememorar que toda decisão judicial de segunda instância que venha a julgar erro no julgamento da decisão recorrida (*error in procedendo*) atrai a incidência do chamado efeito suspensivo recursal. Ou seja, ao ser prolatada a decisão do juízo *ad quem*, esta substitui a decisão de primeira instância, de forma que eventual recurso a ser interposto pelos litigantes deve impugnar as razões de decidir desta segunda decisão e não da decisão primeva, qual seja, a decisão de proferida pelo juízo de primeira instância.

Em palavras menos congestionadas, a decisão prolatada por esta relatoria e presentemente atacada pelo agravante constitui julgamento substitutivo, significando dizer que tal pronunciamento jurisdicional opera a substituição da decisão recorrida pela decisão que julgou o recurso, exatamente porque não podem subsistir duas decisões com o mesmo objeto.

É o que expressamente estatui o art. 512 do CPC:

<sup>1</sup> CPC

Art. 154. Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.

**Art. 512. O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto de recurso.**

Comentando o dispositivo, esclarece Daniel Amorim Neves<sup>2</sup>:

Sendo o recurso conhecido em seu mérito, cabe a análise do resultado de tal julgamento para aferir a existência ou não do efeito substitutivo. Sendo a causa de pedir do recurso fundada em *error in iudicando* e o pedido em reforma da decisão, qualquer que seja a decisão de mérito do recurso substituirá a decisão recorrida. Seja para manter seu entendimento – não provimento do recurso – e com ainda mais razão para modificá-lo – provimento do recurso. O que não se admite é a existência de duas decisões na mesma demanda resolvendo as mesmas questões.

Deveras, ao questionar as razões de decidir da sentença, e não da decisão monocrática, o recorrente não se desincumbiu do ônus a ele imposto pelo princípio da dialeticidade, qual seja, a obrigação de expor, em seus fundamentos recursais, a indicação precisa de qual a injustiça ou ilegalidade da decisão impugnada.

Organizando a exposição que se vem de fazer, tem-se que a decisão monocrática de fls. 83/86 substituiu a sentença de fls. 56, de modo que incumbiria ao recorrente impugnar especificamente os fundamentos da decisão desta relatoria e não da sentença.

Portanto, ao atacar as razões de decidir declinadas na sentença e ao pedir expressamente a reforma da sentença (e não da decisão monocrática que a substituiu), o agravante desrespeitou não só o princípio da dialeticidade como também o dever de fundamentação recursal (art. 514, II do CPC), o que torna o recurso inadmissível face à sua irregularidade formal.

Deveras, é inepto o recurso, pois deixa de demonstrar os fundamentos de fato e de direito que impunham a reforma, ainda que em tese, os argumentos da decisão monocrática. É que a fundamentação constitui pressuposto objetivo extrínseco vinculado à forma e à admissibilidade de qualquer recurso, cujo

<sup>2</sup> NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de Direito Processual Civil*. São Paulo: Ed. Método, 2012, p.591.



atendimento supõe necessariamente argumentação buscando evidenciar o equívoco da decisão impugnada, o que não foi levado a cabo pelo apelante.

Enfim, por não ter impugnado as razões de decidir da decisão monocrática que substituiu a sentença, o recorrente não preencheu o requisito de admissibilidade da regularidade formal, vez que as razões do recurso estão inteiramente dissociadas do que a decisão monocrática decidiu, razão pela qual o agravo não pode ser conhecido.

Neste norte, confira-se:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INTERPOSIÇÃO DE DOIS RECURSOS. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE RECURSAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. NÃO CONHECIMENTO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO NA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULAS 283 E 284/STF. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

2.- Estando as razões do Agravo Interno dissociadas do que restou decidido na Decisão agravada, é inadmissível o recurso por deficiência na sua fundamentação. Incidência, por analogia, das Súmulas 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.

3.- Segundo Agravo Regimental não conhecido e improvido o primeiro.

(AgRg no REsp 1441807/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2014, DJe 02/05/2014)

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458 E 535 DO CPC. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DA FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.

(...)

2. Nos termos da jurisprudência do STJ, não se conhece de recurso quando as razões recursais não se coadunam com a matéria decidida na decisão recorrida. Incidência da Súmulas 283 e 284 do STF.

(...)

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1434260/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/03/2014, DJe 31/03/2014)

Forte em tais lineamentos, voto no sentido de **INADMITIR o Agravo Regimental**, por inobservância do pressuposto de admissibilidade recursal da regularidade formal.

Recife, 28 - 11 - 2014

  
Des. Bartolomeu Bueno  
Relator